

**EMENDA Nº - PLEN**

Inclua-se, no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2021, a seguinte alteração da redação do art. 103 da Constituição Federal:

“Art. 103. ....

.....

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, os órgãos ou as entidades que o editaram para defesa da lei ou do ato impugnado.

§ 4º A defesa dos atos editados pelo Congresso Nacional será exercida pelos órgãos próprios de assessoramento e representação judiciais de suas Casas.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda pretende alterar o parágrafo terceiro do art. 103 da Constituição da República, que atribui ao Advogado-Geral da União o papel de curador da lei ou ato normativo federal cuja constitucionalidade é questionada perante o Supremo Tribunal Federal.

Apesar da relevância das atribuições exercidas pelo Advogado-Geral da União, a relação funcional e hierárquica que mantém com o Presidente da República inviabiliza que referida autoridade desempenhe o papel de curador da lei com a isenção e a independência funcional necessárias, sendo inúmeros os exemplos em que o Advogado-Geral da União manifestou-se pela inconstitucionalidade da lei ou ato normativo impugnado, deixando-o, tecnicamente, sem a defesa necessária. Isso se evidencia com maior clareza quando é o próprio Presidente da República que provoca o controle de constitucionalidade.

Considerando o desenho institucional do controle abstrato de constitucionalidade brasileiro, em que tanto o Presidente da República quando o Procurador-Geral da República e as Mesas das Casas do Congresso Nacional dispõem de

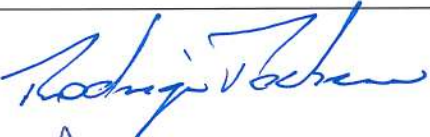

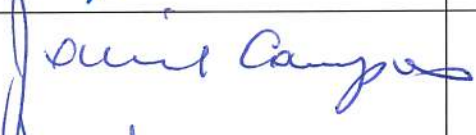
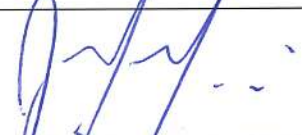
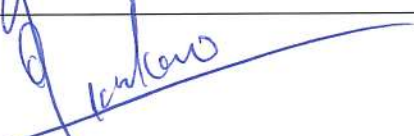

legitimidade para o ajuizamento das ações de controle, não há sentido ou necessidade de que uma autoridade específica exerça o papel de curadora da lei ou ato normativo impugnado, em posição preferencial aos órgãos ou entidades que o editaram, especialmente quando funcionalmente vinculada a um dos poderes da República.

A jurisdição constitucional é representativa, no plano político-jurídico, de uma espécie de conflito ou interferência entre funções exercidas pelos poderes da República. O reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, como mecanismo de controle e garantia da Constituição pelo Poder Judiciário, é medida excepcional e extrema.

A legitimidade do processo constitucional decorre, portanto, da adequada participação dos órgãos ou entidades do qual emanou a lei ou ato normativo, que devem, por seus órgãos de assessoramento jurídico e representação judicial, exercer a defesa ou do ato ou da norma impugnada.





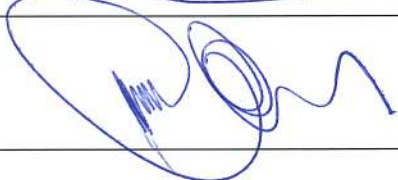







Por essas razões, peço aos pares o apoio para a apresentação e aprovação desta emenda de Plenário, a qual se faz necessária para, na linha do que está sendo construído na Proposta de Emenda Constitucional n. 8/2021, aperfeiçoar o modelo de controle de constitucionalidade brasileiro.

Sala das Sessões, em de 2023

SENADOR	ASSINATURA
1. 	
2. 	
3. 	



4.	FRAVIO BOLSONARO	
5.	STYLIANOS VAKANTIS	
6.	RODRIGUEZ	
7.	ORIOVERSTO G.	
8.	WIS ENNAS DEIVRE	
9.	SORAYA THRONICK	
10.		
11.	LAGRO MALTA	
12.	EDUARDO GINS	
13.	HAMILTON TOURAO	
14.	DAMARES ALVES	
15.	ELÁVIO ARNS	
16.	RODRIGUES MORAES	

17.	Yuri J. J.	reinaldo Troad
18.	Wladimir Mamed	
19.	MARCOS ROCHA	
20.	Marcelo Pontes	
21.	Werton	
22.	Marcos Roberto	
23.	Margarith Bizzotto	
24.	Otto H. H.	
25.	ALESSANDRO VIELA	
26.	Plinio Valério	
27.	JORGE SEIF	
28.	Charles Portinho	
29.		

30.	
31.	
32.	